DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF LITERACY IN CHILD EDUCATION

Ana Luiza Gonçalves Araújo¹; Lizandro Poletto²

RESUMO

Neste artigo propusemos analisar os desafios e as possibilidades da alfabetização na educação infantil, tendo em vista o excesso do lúdico na atualidade. Nesse contexto, questionamo-nos qual seria o papel do professor. Dar início ao processo de alfabetização não significa a perda da infância, mas sim o acúmulo precioso do conhecimento. Por esse ângulo, os objetivos da pesquisa foram os seguintes: analisar a gênese do processo de alfabetização no Brasil e quais foram os seus pioneiros; abordar a breve história deste período; apresentar a história do lúdico e o seu surgimento; e, por fim, compreender os desafios e as possibilidades na Educação Infantil. A metodologia adotada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, tendo como auxílio teórico, principalmente, os seguintes autores: FERREIRO (1985), SOARES (1999), SNOW (2017), VYGOTSKY (1998), dentre outros.

Palavras-chave: Aprendizagem. Alfabetização. Educação Infantil.

ABSTRACT

In this article we propose to analyze the challenges and possibilities of becoming literate in children's education in view of the excess of playfulness today, which is the role of the teacher. Starting the literacy process does not mean the loss of childhood, but the precious accumulation of knowledge. The objectives of the research are: When the process of literacy began in Brazil, I wanted the pioneers, the brief history of this period, the history of the playful and how it came about, Understanding the challenges and possibilities in Early Childhood Education. The methodology used was the Bibliographic Research, with theoretical help as the main authors: FERREIRO (1985), SOARES (1999), SNOW (2017), VYGOTSKY (1998), among others.

KEYWORDS: Learning. Literacy. Child Education.

¹Instituto Superior de Educação Faculdade Alfredo Nasser. Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

²Instituto Superior de Educação Faculdade Alfredo Nasser (Aparecida de Goiânia-GO); Faculdade Unidade de Campinas - Fac Unicamps (Goiânia-GO). Professor Mestre em História. Orientador de TCC no curso de Licenciatura em Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

As razões que nos levaram à escolha deste tema ancoram-se na necessidade de transformação na Educação Infantil. Ao acompanhar os estágios neste nível educacional, observa-se que o tempo gasto em excesso com o do "lúdico" é um tempo desperdiçado, pois a partir do momento em que a brincadeira torna-se a atividade predominante da criança, ela pode deixar o seu lado intelectual adormecido. Desta forma, é necessário que o lúdico tenha uma finalidade pedagógi-

ca no interior do espaço escolar. Partindo deste pressuposto, podemos observar que se o processo de alfabetização fosse incorporado às atividades lúdicas, poderíamos obter mais sucesso na alfabetização desta criança.

A pesquisa parte da hipótese de que é possível aperfeiçoar o tempo entre jogos, brincadeiras e alfabetização. No entanto, muitos autores e educadores discordam desta tese, pois avaliam que primeiro é necessário abordar o lúdico e o social para depois explorar o intelectual.

Dar início ao processo de alfabetização não significa a perda da infância, mas sim o acúmulo fundamental para o conhecimento, a socialização e a formação do ser autônomo. O lúdico, sem dúvida, contribui no desenvolvimento da criança, mas também pode atrapalhá-la, pois no momento em que ela se integra apenas com a brincadeira, isso pode acarretar prejuízos à sua aprendizagem.

Por esse ângulo, os objetivos da pesquisa são: analisar a gênese do processo de alfabetização no Brasil e quais foram os seus pioneiros; abordar a breve história deste período; apresentar a história do lúdico e o seu surgimento; e compreender os desafios e as possibilidades na Educação Infantil. Além disso, pretendemos analisar como o uso da ludicidade em excesso pode atrapalhar a alfabetização de crianças em idade escolar. Por fim, refletiremos sobre o papel do educador em relação a essa temática e como ele se posiciona.

As contribuições deste artigo consistem na possibilidade de ampliação da visão dos educadores e das autoridades em relação à alfabetização brasileira. Desta forma, podemos contribuir para uma reinvenção necessária da alfabetização, possibilitando mudanças na maneira em que as crianças em idade escolar são alfabetizadas. Entre as inúmeras possibilidades de mudança, podemos citar a questão da linguagem oral e da escrita para o desenvolvimento social e as suas implicações nas políticas públicas e práticas do Ensino Infantil.

A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi (2009), a pesquisa bibliográfica refere-se ao conjunto de publicações sobre determinado assunto em revista, livros, publicações avulsas e imprensa escrita, e tem como objetivo a inserção do estudante pesquisador nas informações existentes sobre o tema estudado. Tendo em vista que este trabalho se utilizará desta metodologia, as reflexões e interpretações serão analisadas, principalmente, a partir dos seguintes autores que discutem o assunto proposto: Ferreiro (1985), Soares (1999), Snow (2017) e Vygotsky (1998). As ideias centrais destes intelectuais serão selecionadas e argumentadas por meio da elaboração de citações, na perspectiva referente ao universo da construção da afetividade no processo da inclusão do educando.

1. A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A alfabetização no Brasil iniciou-se com a chegada dos jesuítas em 1549, chefiados pelo padre Manoel de Nobrega. Eles vieram com o intuito de catequizar e evangelizar o povo indígena que residia nas terras americanas. No entanto, os objetivos dos jesuítas eram mais amplos. Além da catequização, eles tinham planos de transformação social, já que seu papel era o de transformar a cultura e os costumes indígenas, tornando-os “civilizados” a partir dos padrões culturais da sociedade europeia do século XVI. Esse processo tinha como objetivo introduzir o índio na sociedade burguesa para o trabalho, para produção capitalista.

Ao investigar o projeto dos jesuítas no Brasil colonial, devemos salientar que, para atingir seus objetivos iniciais, houve muitos esforços dos seus membros para a obtenção um crescimento gradativo. No início, o padre Manoel da

Nóbrega esquematizou um plano de ensino que seria dividido em duas fases. A primeira era constituída pelo ensino elementar do português, da doutrina cristã e da alfabetização. Já na segunda, o aluno poderia escolher entre o ensino profissionalizante ou o ensino médio, segundo suas aptidões físicas ou intelectuais observadas no ensino elementar. Para Vasconcelos:

Nenhuma instituição humana há sido julgada com mais parcialidade do que a dos jesuítas: para uns foram eles a idealização do poder católico, o tipo mais perfeito do ministro do Evangelho, numa palavra verdadeiros apóstolos, como em sua aparição, os denominou o povo; para outros simboliza o instituto de Loyola a falsificação da fé, o relaxamento das máximas da moral cristã, a corrupção da disciplina eclesiástica, quando exigiam-no os interesses de sua egoísta política. (VASCONCELOS, 1977, p. 40).

O primeiro colégio no Brasil foi construído na Bahia, em 1549, com instalações e acomodações pequenas que atendiam apenas a vinte e cinco alunos. Dentre eles, havia índios, mamelucos (filhos de índios com os portugueses) e filhos de colonos portugueses (isto é, pessoas que vieram para a colonização). Em 1554, o padre Manoel da Nóbrega entregou provisoriamente a regência do colégio da Bahia ao padre Antônio Blasques e ao padre José de Anchieta, e partiu com onze jesuítas para outra capitania com o intuito de fundar outro colégio. Assim, depois de algum tempo, houve a fundação de colégios no Espírito Santo e em Porto Seguro. De acordo com Mattos:

Em síntese, o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente foi a instituição educacional que melhor se desenvolveu nessa fase pioneira da educação no Brasil e serviu para pôr em evidência as ricas possibilidades do primitivo plano educacional esboçado por D. João III no Regimento de 1548. (MATTOS, 1958, p.75).

A criação da primeira escola elementar brasileira, que perdurou até 1759, com duração de duzentos e dez anos, utilizava o método jesuítico Ratio Atque institutio studiorum societatis Jesu, mais conhecida com Ratio studiorum. Este método foi constituído pelo padre Inácio de Loyola para direcionar os jesuítas em suas atividades educacionais. Era uma metodologia sistematizada por completo e não seguia simplesmente a pedagogia. Ela constituía uma coleção seleta de conteúdos e regras seguidas à risca pelos jesuítas desta época. Seus ensinamentos eram baseados nas ideias de Aristóteles e São Tomaz de Aquino, além do movimento renascentista e da cultura europeia. Para Leonel Franca:

O aluno deve desenvolver todas as suas faculdades, postas em exercício pelo homem que se exprime e adquirir a arte de vazar esta manifestação de si mesmo nos moldes de uma expressão perfeita. As classes de gramática asseguravam-lhe uma expressão clara e exata, a de humanidades, uma expressão rica e elegante, a de retórica mestria perfeita na expressão poderosa e convincente “ad perfectam eloquentiam informat”. (LEONEL FRANCA, 1952, p.49).

A Ratio studiorum possuía três seguimentos: o primeiro era o ensino secundário (o atual ensino médio), já o segundo e o terceiro possuíam duas vertentes

de ensino superior, a filosofia e teologia. Nesses cursos existiam disciplinas, chamadas de “classes”, cujo período de graduação era de um ano. A sua proposta curricular se dividia em duas partes: “ensino inferior” e “ensino superior”. Os cursos do ensino secundário tinham cinco anos de duração. Segundo Mattos:

Quanto a planos e tentativas de organização de um sistema escolar extensivo a toda a população, abrangendo todos os graus de instrução como o entendemos modernamente, apenas começavam a surgir por essa época as primeiras idéias com Lutero e Sturm na Alemanha (1536), Calvino em Genebra (1538), Santo Inácio de Loyola (1540) e o Concílio de Trento (1545), em função da tremenda luta religiosa que desde 1517 abalava a Europa. Esse sistema escolar em gestação seria, apenas, um recurso estratégico nessa luta e, como tal, começava a ser discutido e ensaiado na Alemanha, França, Suíça e norte da Itália. (MATTOS, 1958, p.41-42).

No século XIX, após a Proclamação da República, a educação ganhou destaque na modernidade. A escola se tornou institucionalizada pelo governo para o preparo das novas gerações. Assim, no âmbito educacional, saber ler e escrever se tornou um instrumento de aquisição. A leitura e a escrita, que até então eram práticas culturais para poucos, tornaram-se uma possibilidade para as demais pessoas. Segundo Mortatti:

Desse ponto de vista, os processos de ensinar e de aprender a leitura e a escrita na fase inicial de escolarização de crianças apresentam como um momento de passagem para um mundo novo — para o Estado e para o cidadão —: o mundo público da cultura letrada, que instaura novas formas de relação dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história e com o próprio Estado; um mundo novo que instaura, enfim, novos modos e conteúdos de pensar, sentir, querer e agir. (MORTATTI, 2006).

Ao longo do século XVIII em Portugal, houve muitas transformações nos cenários político, econômico, social e cultural, que também ecoaram no Brasil. Foi neste período que a Companhia de Jesus, responsável pela educação na América Portuguesa, fora expulsa do Império Português, o que ocasionou muitas mudanças no cenário escolar da época. A expulsão dos jesuítas foi correspondente pela influência de uma ordem religiosa em busca de uma nova prática educacional.

Em 1750 ocorreu a nomeação de Marques de Pombal como ministro do rei. Essa foi a tentativa da Coroa Portuguesa para possuir influência novamente, apesar da crise econômica. A política pombalina voltou-se para a industrialização a fim de que Portugal não dependesse mais da Inglaterra. Pombal desejava a independência de Portugal para conseguir a ampliação de seu poder diante do comércio inglês. Essa ambição contava com o apoio de alguns nobres e comerciantes. Diante disso, com seu grande desejo de obter o poder do Estado, esse ministro começou a perseguir os jesuítas e as suas ideologias

No século XVI, em decorrência da Reforma Protestante, surgiram algumas ideias que modificaram um pouco a pedagogia, transformando-a em duas vertentes: a pedagogia nova, uma pedagogia (implícita) utilizada pela sociedade capitalista, e a pedagogia técnica flexível, utilizada pela sociedade feudal em

decadência.

A partir do período da Proclamação da República até meados dos anos 1970 houve mudanças no ensino superior. Essas mudanças, no entanto, afetaram não apenas este ensino, como também toda a rede educacional. Em 1891 Benjamim Constant reuniu-se para redigir a primeira Constituição brasileira com base nas cartas escritas em 1890. Após isso, foi lançada a Constituição definitiva; neste documento continha uma lei sobre a reforma curricular das escolas militares, onde seriam integradas as matérias de moral e cívica, biologia e sociologia. A ideia era a de formar um “cidadão político” ou um “cidadão armado”.

Após cem anos da inserção do modelo republicano, observou-se várias tentativas de mudanças e esforços. Por mais de um século esses esforços se concentraram em questões de métodos de leitura e escrita, ocorrendo uma disputa entre os detentores do método tradicional e um novo modelo. Este novo modelo era subdividido em quatro momentos cruciais do método de alfabetização da época. A cartilha era utilizada como a detentora dos métodos. Este material era precário, produzido na Europa e foram denominadas como “cartas de ABC”. Elas eram utilizadas nas aulas “regias”, com todos os alunos apenas em uma sala e funcionavam em prédios poucos apropriados. Os professores formados pela escola regular passaram a defender o método analítico para o ensino da leitura. Assim, estes defensores contribuíram para a sua disseminação. No entanto, a partir de 1980 esse método começou a ser questionado, já que começara a ser considerado como ultrapassado em decorrência das transformações políticas e sociais no país. Segundo Mortatti:

Em síntese, a tensão entre modernos e antigos apreendida nos discursos do sujeito da época ao longo do período histórico enfocado permite a seguinte interpretação: visando a ruptura com seu passado, determinados sujeitos produziram em cada momento histórico determinados sentidos que consideravam modernos, fundadores do novo em relação ao ensino da leitura e da escrita. (MORTATTI, 2000, p.23).

A Ditadura Militar iniciou-se em 1964 e teve um gancho na Proclamação da República, pois a formação dos indivíduos voltou-se para o ensino moral e cívico. Nesta época, o Brasil passava por um governo onde a liberdade de expressão não existia, e os cidadãos eram reprimidos, principalmente na escola. Eram tempos difíceis para os profissionais da educação, pois as aulas eram assistidas por militares que constantemente vigiavam as movimentações, tanto dos estudantes, quanto dos professores. Assim, a educação era extremamente rígida. Diante disso, em 1984 o Brasil se uniu e empreendeu uma revolução na política. Nesta época o país passava por grandes problemas financeiros e o povo não estava satisfeito com a sua situação de vida. No dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi escolhido como presidente pelo colégio eleitoral e ali findava-se o regime militar.

Na contemporaneidade existem vários métodos de ensino no Brasil, onde cada um é utilizado em determinada escola. Entre eles estão os seguintes métodos: tradicional, sintético, analítico e construtivista. No método tradicional o professor observa se o aluno segue seu comando à risca. Já o método sintético é estruturado dentro da teoria behaviorista e considerado um dos métodos de maior eficácia. O método analítico se desenvolve através do método do “sincretismo infantil”, fundamentado pela teoria de Gestalt, que acredita que alfa-

betização se dá pelo insight. E, por fim, o método construtivista, um dos mais indicados e utilizados pelos professores, é aquele onde os alunos constroem seus próprios conhecimentos.

2. A ORIGEM DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A palavra lúdico origina-se do latim ludus que significa brincar ou jogar. Segundo Vygotsky (1984, p. 97), “Brincando, jogando que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e de entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos”. A partir da sua vivência no cotidiano, a criança compreende o mundo real; com as brincadeiras ela se desenvolve integralmente e torna-se um ser biológico, psicológico e espiritual. Seus pensamentos são ligados às suas atitudes, levadas para a vida adulta. Jean Piaget (apud ANTUNES, 2005, p. 25) “retrata que os jogos não são apenas uma forma de entretenimento para gastar a energia das crianças, mas meios que enriquecem o desenvolvimento intelectual”. Para Vygotsky:

De uma forma geral o lúdico vem a influenciar no desenvolvimento da criança, é através do jogo que a criança aprende a agir; há um estímulo da curiosidade, a criança adquire iniciativa e demonstra autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração. (VIGOTSKY, 1994, p.81).

Há registros históricos que evidenciam que, desde a Antiguidade, as brincadeiras eram desenvolvidas por todos da unidade familiar, mesmo quando os pais ensinavam os ofícios para os filhos. Em cada época o lúdico tinha uma função e um entendimento diferente; os povos primitivos davam liberdade para que as crianças usufríssem do físico e do natural, com brincadeiras que as deixassem livres, tais como: subir em árvores, correr, tomar banho de rio, dentre outras, exclusivamente para a diversão das crianças. Para Maluf:

A Educação Infantil e o lúdico se completam, pois o brincar está diretamente ligado à criança, a recreação é parte integrante da rotina diária e ficar fora deste momento é impossível para os pequenos, porque “além de muitas importâncias o brincar desenvolve os músculos, a mente, a sociabilidade, a coordenação motora e além de tudo deixa qualquer criança feliz”. (MALUF, 2003, p. 19).

Ao aplicar um método lúdico na educação, o professor deve ter em mente o desenvolvimento e os objetivos que ele quer alcançar. É necessário saber que a criança, ao chegar à escola, já tem um conhecimento próprio sobre alguns assuntos do cotidiano e possui alguma vivência que não pode ser descartada. A educação deve ser tratada como um recurso utilizado para entender melhor o ser humano. Outra função do professor é permitir a repetição de jogos. Assim, na visão de Moyles (2002), podemos observar que ele tem o papel de explorar novos recursos para lidar com a criança, tendo em vista que é um formador de opinião e mediador da aprendizagem.

O lúdico é brincar, se divertir, jogar. Algumas brincadeiras foram criadas há muito tempo e estão atuantes até os dias de hoje, tais como: brincadeiras físicas para o desenvolvimento motor e cognitivo – jogo de pique, pular corda,

amarelinha, queimada, entre outras –; e jogos naturais – cabo de guerra, subir em árvore, imitação, etc. De acordo com Vygotsky:

[...] o brinquedo é a atividade predominante da criança, por isso além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário, no brinquedo é como se ela fosse maior do que na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1999).

Segundo este autor, a aprendizagem da criança envolve outros participantes, como familiares, que auxiliam o seu desenvolvimento. Já de acordo com Piaget, o desenvolvimento não é linear, mas evolutivo e, nesse trajeto, a imaginação se desenvolve. Uma vez que a criança brinca e desenvolve sua capacidade para determinado tipo de conhecimento, ela dificilmente perde esta capacidade.

Vygotsky explica que há a (ZPD) zona de desenvolvimento proximal e o percurso que o ser humano faz para chegar ao amadurecimento. Na Educação Infantil, o professor estimula o aluno através das brincadeiras dirigidas, músicas e teatro. Em cada momento que o lúdico é utilizado na escola, ele aflora uma parte cognitiva da criança, que é importante para seu desenvolvimento para a vida adulta. De acordo com Vygotsky:

O desenvolvimento não se produz pela via de mudanças graduais, lentas, por uma acumulação de pequenas peculiaridades que produzem em seu conjunto e ao final alguma mudança importante. [...] observamos a existência de mudanças bruscas e essenciais no próprio tipo de desenvolvimento, nas próprias forças motrizes do processo (VYGOTSKY, 1995, p. 156).

A criança estimulada na Educação Infantil pelo lúdico, ao chegar no Ensino Fundamental, especificamente na alfabetização, terá mais facilidade com a coordenação motora da escrita, como direita, esquerda, subir e descer, para cima e para baixo, etc., possibilitando, assim, que esse indivíduo realize atividades de maneira independente.

Vygotsky traz também os conhecimentos de formação natural, representado por signos e emprego de instrumentos na história humana, onde aparece o seu conceito cultural. Ou seja, enquanto os animais agem e reagem por instinto, o ser humano tem a capacidade de pensar antes de agir, utilizando suas capacidades sensoriais e sensíveis. Para ele, os seres não descobrem os signos, mas se apropriam deles desde o nascimento; estes signos são adquiridos através da vivência com os mais experientes (os adultos). Nesse sentido, o indivíduo aprende a observar o comportamento alheio.

Segundo Piaget, o desenvolvimento da criança acontece através do lúdico. Para ele, o jogo é primordial para o desenvolvimento infantil. As crianças que realizam esse tipo de atividade têm a capacidade de apreender a realidade, como, por exemplo, a ideia de que tudo possui normas e regras a serem seguidas. O autor divide o jogo por faixa etária, subdividindo-o em três etapas:

- Primeira etapa: destina-se às crianças de zero a dois anos de idade e é chamado de período senso motor.

- Segunda etapa: destina-se às crianças de dois aos sete anos e é chamado de período pré-operatório, onde as crianças não fazem exercícios mentais, mas sim a representação do ocorrido.
- Terceira etapa: destina-se às crianças acima de sete anos, e é chamado de período operatório, onde além de fazerem os exercícios mentais elas também fazem representações.

Para Vygotsky:

Em toda fase do desenvolvimento, a criança tem desejos que não consegue realizar, deixando-a tensa. Para resolver essa tensão, a criança em idade pré-escolar envolve-se num mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizáveis. (VYGOTSKY, 1989).

De acordo com Wallon (1959), o desenvolvimento humano tem condições sucessivas nas quais ele se envolve e corresponde. Assim, a criança aprende a partir dos estímulos e recursos oferecidos a ela. Por esse ângulo, podemos observar que a linguagem, a fala e o comportamento também estão ligados a estes recursos, tendo em vista o desenvolvimento do indivíduo e das suas características pessoais. Com o lúdico, é possível trabalhar com esses aspectos da personalidade. O autor nos traz grandes reflexões sobre elas, como a emoção, a reação, a negociação por meio de suas ações, a interpretação, o movimento e a imitação.

Como descrito na citação anterior de Vygotsky, cada característica pessoal deve ser observada e trabalhada com a criança. A emoção é um trabalho constante e envolve todas as partes de uma brincadeira: a reação e o que leva a diversão, a negociação, a ação, a interpretação, o movimento, a imitação, etc. Todos esses elementos levam a criança a criar um mundo diferente, um faz-de-conta.

O lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo exterior; integra os estudos com a formação da personalidade; auxilia no estabelecimento de relações lógicas; e integra concepções de crescimento físico e comportamental, possibilitando a socialização da criança. Dessa maneira, o lúdico é de grande importância para a saúde mental dos seres humanos e por isso merece uma atenção de todos. É uma forma de expressão legítima de personalidade, a convivência com ele possibilita a criação de lembranças prazerosas que serão levadas para sua vida inteira. Por meio da brincadeira, podemos levar a criança ao desenvolvimento de seu equilíbrio, bem como de seu afeto, de sua formação linguística e de sua apropriação de signos.

Para Oliveira (2007), por meio da brincadeira, a criança pequena exercita capacidades naturais, como as de representar o mundo e distinguir pessoas, a partir de jogos de faz de conta. Ao brincar, a criança começa a se apropriar da compreensão dos objetivos dos jogos, do funcionamento da natureza e dos acontecimentos sociais que a cercam. Quando invertemos os papéis na brincadeira, a criança começa a entender diversas perspectivas, como quando ela se coloca no lugar do outro. Para Kishimoto:

A função lúdica na educação: o brinquedo propicia diversão, prazer e até desprazer, quando escolhido voluntariamente a função educativa, o brinquedo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo. O brincar e jogar é dotado de natureza livre típica de uns processos educativos. Como

reunir dentro da mesma situação o brincar e o educar. Essa é a especificidade do brinquedo educativo. (KISHIMOTO, 2003, p.37).

O brinquedo está previamente associado à brincadeira, pois é um recurso utilizado pelo brincante para maior diversão. De acordo com Garvey (2015), existem cinco características da ação de brincar. A primeira é a de que a brincadeira tem que ser prazerosa e divertida; a segunda, é a de que ela não tem metas essenciais; a terceira, que ela é espontânea e voluntária; a quarta, que ela contém um envolvimento ativo do participante; e a quinta e última característica é a de que a brincadeira tem relações sistemáticas com aquilo que não é brincadeira. Segundo Froebel:

A brincadeira é uma atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típica da vida humana enquanto um toda a vida natural interna no homem e de todas as coisas. Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, paz com o mundo... A criança que brinca sempre, com determinação auto-ativa, perseverança, esquecendo sua fadiga física, pode certamente torna-se um homem determinado, capaz de auto sacrifício para a promoção do seu bem e de outros... Como sempre indicamos o brincar em qualquer tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação. (FROEBEL, 1912, p.55).

A brincadeira tem uma grande função no desenvolvimento integral da criança enquanto ser humano. O progresso da imaginação depende necessariamente da brincadeira, pois, seguindo os princípios da mente, podemos observar o seu desenvolvimento na vida adulta.

De acordo com Ramos (2007), a imaginação desenvolve-se durante a vida toda. Ela é livre, embora ainda rudimentar quando criança, ao passo que o adulto, por ter experiência diversificada, pode experimentar uma função imaginativa extremamente rica e madura. Essas reflexões nos fazem observar que a criação humana deve ser capaz de enxergar sua genialidade e experiência. A educação pode emocionar ou fazer com que o indivíduo encontre sua sensibilidade ao desenvolver a sua função imaginativa com novas experiências e conhecimentos.

3. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL. QUAL O PAPEL DO PROFESSOR?

Na contemporaneidade, os professores da Educação Infantil desenvolveram um método de pré-alfabetização, onde se trabalha somente o aspecto lúdico, esquecendo-se do intelectual. Isto não é um elemento metodológico descartável, mas atrasa o desenvolvimento da criança, deixando-a despreparada para a alfabetização. Esses educadores são incapazes de lidar com crianças na pré-alfabetização, pois colocam que a brincadeira é o elemento mais importante antes da alfabetização. Considerando que a criança está em processo de formação, este seria o momento adequado para que não apenas o brincar seja relevante, mas também o aprender.

Segundo Vygotsky:

[...] O aprendizado é considerado um processo puramente externo que não está envolvido ativamente o desenvolvimento. Ele simplesmente se

utilizaria dos avanços do desenvolvimento ao invés de fornecer um impulso para modificar seu curso. (VYGOTSKY, 1998, p.105).

As crianças, em sua primeira infância, precisam de estímulos para se desenvolverem dentro da escola. No entanto, no interior do espaço escolar, elas não recebem isso, pois não há quem as estimulem, já que se visa apenas o lúdico, desmotivando a criança a utilizar o seu intelectual para resolver os seus problemas cotidianos. O maior desafio atualmente é modificar a visão engessada dos professores, já que estes veem a criança apenas como um ser brinca e que não se desenvolve de outra forma. No entanto, pontuamos aqui que a criança pode sim se desenvolver, caso seja estimulada adequadamente.

De acordo com a Lei 9394 da LDB, promulgada em 20 de dezembro de 1996, no artigo 29: “A educação infantil entendida como primeira etapa da educação básica cuja finalidade precípua é ‘o desenvolvimento integral até 6 anos de idade, em seus aspectos psicológicos, físicos, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade” (BRASIL, 1996). A Educação Infantil deve desenvolver tudo o que está nessa Lei. E em momento algum ela expressa que não se pode alfabetizar a criança desse nível educacional. Além disso, não indica que a criança deva se formar somente por meio do lúdico. Quando é citada a parte do intelectual, é somente voltada para o convívio, distinguindo o certo e o errado, e não para o alfabetizar.

Já que estamos falando sobre alfabetização, precisamos ter em mente o que ela é, além de discernir o alfabetizar da alfabetização. O alfabetizar é propagar e ensinar a ler, e a alfabetização é o conjunto de conhecimentos adquiridos na escola. Tanto os professores, quanto a escola estão propensos a transmitir a alfabetização, e não o alfabetizar. Assim, se preocupam em passar o conhecimento, e não em ensinar. Magda Soares (2006, p. 21) afirma que “A verificação apenas da habilidade de codificar o próprio nome passou-se a verificação da capacidade de usar a leitura e a escrita para uma prática social”.

Com o referencial dos conceitos de alfabetizar e alfabetização esclarecidos, conseguimos visualizar as possibilidades que crianças da Educação Infantil possuem ao deixar o lúdico como uma única alternativa para vislumbrar uma nova expectativa da escola. Vygotsky (2003, p. 125) afirma que “[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram uma vida intelectual daquelas que as cercam”. O professor deve instigar o conhecimento do aluno, servindo de modelo para o mesmo e passando alguma especificidade do saber ao invés de usar apenas o lúdico, desencadeando, assim, um novo modelo de ensino na educação. Dessa forma, passar-se-ia da recreação contínua para a aprendizagem, delimitando o tempo do brincar.

Crianças aprendem a partir de uma determinada rotina. Nesse sentido, o educador deve estimulá-la de forma criativa e não somente através de jogos, mesmo quando falamos de crianças ainda na primeira fase da infância. É necessário criar um ambiente favorável para que elas se sintam motivadas e dispostas a aprender. Não defendemos aqui uma autocracia, pois é de conhecimento geral que isso não funciona, mas sim uma ordem, um planejamento específico voltado para a alfabetização.

Vygotsky defende que:

As crianças podem imitar uma variedade de ações que vão muito além

dos limites de suas próprias capacidades. Numa atividade coletiva ou sob a orientação de adultos, usando a imitação, as crianças são capazes de fazer muito mais coisas. Esse fato, que parece ter pouco significado em si mesmo, é de fundamental importância na medida em que demanda uma alteração radical de toda a doutrina que trata da relação entre aprendizado e desenvolvimento em crianças. (VYGOTSKY, 2003, p.175).

Muito se fala da ludicidade na educação, mas não de seu excesso e do atraso que isso traz ao aprendizado. Como dito anteriormente, não temos o objetivo de defender um regime ditatorial, mas sim de entrar em um consenso de que o lúdico em excesso não deve ser um aspecto central. Ele deve ser, na verdade, um complemento. O professor tem o papel fundamental de nortear e definir os caminhos que serão percorridos por seus alunos, de forma que o conhecimento fique em segundo plano, imperando a recreação.

Segundo Almeida:

O sentido real, verdadeiro, funcional da educação lúdica estará garantindo se o educador estiver preparado para realizá-lo. Nada será feito se ele não tiver um profundo conhecimento sobre os fundamentos essenciais da educação lúdica, condições suficientes para socializar o conhecimento e predisposição para levar isso adiante. (ALMEIDA, 2000, p. 63).

Na contemporaneidade, encontramos lugares onde ainda não são aplicadas, em seu cotidiano, atividades lúdicas para aumentar as ferramentas no processo de ensino e aprendizagem. O lúdico deve estar presente em todas as épocas, mas em algumas instituições este método é defasado. Com o jogo, a criança aprende a desenvolver as faculdades mentais. No entanto, o lúdico geralmente é mal interpretado pelo professor, que o utiliza de forma irregular, sem uma fundamentação teórica, e esquecendo-se que está lidando com crianças modernas, cujas atividades propostas devem estar adaptadas a estas situações.

Com cinco anos de idade a criança está na fase da imitação. É uma fase onde o desenvolvimento é sólido e contínuo. Nesse momento, a cada novo dia, novos conhecimentos são desenvolvidos. Assim, através do professor, as crianças compreendem regras e normas por meio de jogos e símbolos, possibilitando a apreensão de conteúdos para a sua vida e sua organização mental e física.

De acordo com Carvalho:

O jogo com regras a terceira categoria lúdica proposta por Piaget, sucede, no desenvolvimento, ao jogo simbólico. É próprio da criança que egressa no período das operações concretas e vai ser um tipo de jogo que prevalece entre os adultos. (CARVALHO, 2005, p.39).

A educação lúdica possibilita às crianças brincadeiras livres que desenvolvem várias habilidades, além de muitas funções cognitivas, motoras e sociais. Dessa maneira, elas aprendem sobre a interação social com os colegas e indivíduos de seu meio de convivência. Segundo Almeida (2000, p. 36), “É muito importante, também, nesta análise, acrescentar a relação entre a criança, à educação e o brinquedo, a fim de perceber a influência que este exerce sobre ela”.

O professor trabalha como mediador da aprendizagem. Essa mediação favorece o desenvolvimento da criança, proporcionando a ela o brincar no coletivo e a formação individual. A educação infantil deve estar preparada para receber as crianças com os seus respectivos desenvolvimentos. Algumas aprendem de forma rápida, mas todas necessitam da mediação do professor para que aprendam com jogos brincadeiras. Este é o momento de trabalhar o desenvolvimento integral.

De acordo com Kiskimoto (2000, p. 32), “Para Piaget ao manifestar a conduta lúdica, a criança demonstra o nível de seus estágios cognitivos e constrói conhecimentos”. Na brincadeira dirigida, o professor pode trabalhar os conteúdos de várias formas. Dessa maneira, ele identifica e faz o seu diagnóstico sobre cada criança individualmente, possibilitando a identificação de cada nível a ser trabalhado da melhor forma.

Ser um mediador é posicionar-se entre o ensino e a aprendizagem, ou seja, estimular a criança a pensar e raciocinar para chegar à resposta de cada problematização; esta abordagem enfatiza o trabalho em grupo. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), é necessário enfatizar a dissociabilidade entre cuidar e educar, respeitando a singularidade e individualidade de cada criança, expressas por meio de diferenças sociais, cognitivas, econômicas, culturais e cognitivas. Assim, o referencial curricular nacional (BRASIL, 1998, p. 23-24) afirma:

Educar significa proporcionar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada interpessoal, de ser estar com outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança e acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. “cuidar” significa ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, valorizar e ajudar a desenvolver capacidades.

Vasconcelos (1995, p. 74) defende que “O professor tem que partir da realidade dos alunos, ver suas necessidades, buscar alternativas de interação. Ocorre que, na fase de mudança, essa tomada de consciência é importante, até que venha a se incorporar com um novo habito”. Partindo desta visão, trabalhar com a ludicidade se torna mais interessante, pois há uma atração maior do aluno. No entanto, não se percebe que essa parte atrativa traz grande prejuízo para a criança quando falamos de conhecimento.

A Educação Infantil deve respeitar a criança como um todo e, assim, promover o seu desenvolvimento integral. É por isso que não se deve levar à padronização de hábitos que não são mais utilizados pelos professores, assim como o brincar em excesso. O êxito do processo do ensino-aprendizagem depende, em grande parte, da interação professor-aluno, sendo que nesse relacionamento a atividade do professor é fundamental, contando com atividades que estimulem o educando a aprender e a buscar o conhecimento.

Almeida defende que:

O professor sozinho pode tornar um espaço, ainda que pobre de recursos, em um rico ambiente educativo; no entanto, um rico espaço pode ser também um paupérrimo ambiente educativo. Material sozinho não funciona. Ele precisa ser humanizado. Ele precisa vir para dentro da vida do conhecimento que se busca. (ALMEIDA, 2003, p.23).

A situação ideal do ensino-aprendizagem se dá quando as atividades são de tal maneira agradáveis e desafiadoras que a criança as considera uma brincadeira e não uma obrigação, como se vê na aprendizagem formal. O objetivo não é obrigar o indivíduo a aprender de forma tradicional, ou de maneira considerada “chata”, mas sim diminuir o tempo do lúdico para um maior momento de aprendizagem. O professor estrutura a criança para o conhecimento físico, tal como o lógico, então começa a compreendê-los, incorporando-os num quadro de relação com os alunos.

Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças. Para que isso ocorra, é necessária uma atuação que propicie o desenvolvimento das capacidades de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e de inserção social.

Desta forma, observamos, em relação à prática docente, que o professor continua definindo estratégias didáticas pouco lúdicas, pois o brincar ainda apresenta resquícios de perda de tempo. O professor não pode parar, ele tem que dar conta de ensinar o programa estabelecido para a sua turma.

Segundo Maluf:

Os educadores, de modo geral, sentem dificuldade para transmitir o conhecimento, que poderiam ser facilmente transmitidos, preferindo usar jogos e brincadeiras. Professores, aos poucos, estão buscando informações e enriquecendo suas experiências para entender o brincar e como utilizá-lo para auxiliar na construção do aprendizado da criança. Quem trabalha na educação de crianças deve saber que podemos sempre desenvolver a motricidade, a atenção e a imaginação de uma criança brincando com ela. O lúdico é parceiro do professor. (MALUF, 2003, p.29).

Para atingir tais objetivos, os professores devem estar em permanente formação, pois assim terão a oportunidade de “construir” e “reconstruir” suas práticas pedagógicas. É preciso que os profissionais da Educação Infantil tenham acesso ao conhecimento produzido nesta área e na cultura em geral. Dessa maneira, eles podem repensar suas práticas, se reconstruírem enquanto cidadãos e atuar em enquanto sujeitos da produção de conhecimento. Estes profissionais podem mais do que “implantar” currículos ou “aplicar” propostas à realidade da creche/pré-escola em que atuam, participando efetivamente da sua construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos apontamentos desenvolvidos neste trabalho, podemos observar os desafios e as possibilidades da alfabetização na edificação infantil. Os primeiros tópicos aqui tratados nos mostram que fomos a fundo em nossa pesquisa, para melhor entendimento do assunto. Os motivos que nos levaram a escolha deste tema, está na necessidade de mudanças na Educação Infantil, pois ao acompanhar os estágios neste nível escolar observou-se que há um tempo gasto com “lúdico” de maneira excessiva. Ou seja, este é um tempo desperdiçado, pois a partir do momento em que o brincar torna-se a única ação da criança, a sua parte intelectual adormece. Se não há qualquer estímulo além da brincadeira, sem

uma finalidade, surge um problema de desenvolvimento nesta criança.

As contribuições desta pesquisa consistem na possibilidade de ampliação da visão dos educadores e das autoridades em relação à alfabetização brasileira. Desta forma, contribui-se para reinventar a alfabetização, transformando o modo como as crianças em idade escolar são alfabetizadas. Dentre essas transformações, podemos colocar como se dá a linguagem oral e escrita na Educação Infantil para o desenvolvimento social, e as implicações nas políticas públicas e práticas do ensino infantil.

Ao fazer estes apontamentos, observamos que era necessário entender de onde vem esta deficiência: será que ela vem do professor? Do sistema ou da cultura em que vivemos? A alfabetização no Brasil iniciou-se com a chegada dos jesuítas em 1549, chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega. Eles vieram com o objetivo de catequização e evangelização os povos indígenas que aqui viviam. No entanto, os seus planos eram mais amplos do que isso. Os jesuítas planejavam uma mudança social, pois tinham o papel de transformar a cultura e os costumes indígenas, transformando-os em “civilizados” a partir dos padrões culturais europeus do século XVI. Esta transformação tinha como objetivo introduzir o índio na sociedade burguesa para o trabalho e produção.

Ao investigar o projeto dos jesuítas para o Brasil colonial, devemos salientar que, para que eles atingissem os seus objetivos, houve muitos esforços de seus membros para a obtenção de um crescimento gradativo. No início, o padre Manoel da Nóbrega esquematizou um plano de ensino dividido em duas fases. A primeira, era constituída pelo ensino elementar do português, da doutrina cristã e da alfabetização. Já na segunda, o aluno poderia escolher entre o ensino profissionalizante e o ensino médio, segundo suas aptidões físicas ou intelectuais observadas no ensino elementar.

Para falamos sobre o lúdico, precisamos entender a origem de seu significado, além da sua história. A palavra lúdico, origina-se do latim ludus, que significa brincar ou jogar. Segundo Vygotsky (1984, p. 97) “Brincando, jogando que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e de entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos”. Com a vivência cotidiana, a criança compreende o mundo real, com as brincadeiras, ela se desenvolve integralmente e torna-se um ser biológico, psicológico e espiritual, onde seus pensamentos são ligados às suas atitudes, levadas para a vida adulta.

Ao aplicar o método da ludicidade na educação, o professor deve ter em mente o desenvolvimento e os objetivos que ele quer alcançar. É necessário ter conhecimento de que a criança, ao chegar à escola, possui um conhecimento próprio sobre alguns assuntos do cotidiano, bem como uma vivência que não pode ser descartada. Assim, a educação deve ser tratada como um recurso para entender bem o ser humano. Outra função do professor é permitir a repetição de jogos. Com esta visão, podemos observar que ele tem o papel de explorar novos recursos para lidar com a criança, tendo em mente que é um formador de opinião e mediador da aprendizagem.

O lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, integrando os estudos com a formação de personalidade. Além disso, ele auxilia o estabelecimento de relações lógicas e integra concepções de crescimento físico e comportamental, o que possibilita a socialização da criança. A ludicidade é de grande importância para a saúde mental dos seres humanos, e é uma forma legítima de expressão de personalidade, por isso merece a atenção de todos. A con-

vivência com o lúdico possibilita criações prazerosas e lembranças que devem ser levadas para toda a vida. Por meio da brincadeira, podemos até mesmo fazer com que a criança a desenvolva o seu equilíbrio, o afeto, a formação linguística e a apropriação de signos.

De acordo com Vygotsky, a aprendizagem da criança envolve outros participantes que auxiliam o seu desenvolvimento, como os familiares. Segundo Piaget, este desenvolvimento não é linear, mas evolutivo. Nesse trajeto, a imaginação se desenvolve. Uma vez que a criança brinca e aperfeiçoa sua capacidade para um determinado tipo de conhecimento, ela dificilmente a esquece.

Assim com apresentado durante o presente trabalho, podemos investigar o papel do professor com base em tudo o que falamos. Qual será o seu papel como formador de opinião de um ser integral? A situação ideal do ensino-aprendizagem ocorre quando as atividades são de tal maneira agradáveis e desafiadoras, que a criança a considera uma brincadeira, e não uma obrigação, como se vê na aprendizagem formal. O objetivo não é obrigar o indivíduo a aprender de forma tradicional, ou de maneira considerada “chata”, mas sim diminuir o tempo do lúdico para um maior momento de aprendizagem. O professor estrutura a criança para o conhecimento físico e lógico, e assim começa a compreendê-los em um quadro de relação com os alunos. Os educadores, de modo geral, sentem dificuldade ao transmitir o conhecimento, preferindo usar jogos e brincadeiras.

Ser um mediador é posicionar-se entre o ensino e a aprendizagem, ou seja, é estimular a criança a pensar e raciocinar para chegar à resposta de cada problema. Esta abordagem enfatiza o trabalho em grupo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. Educação Infantil: creches: atividades para crianças de 0 a 6 anos. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1999.

ALMEIDA, P. N. Educação Lúdica, Técnicas e Jogos Pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995.

ALMEIDA, A. Ludicidade como instrumento pedagógico. Disponível em: <<http://www.cdof.com.br/recrea22.htm>>. Acesso em: 09 set. 2011.

ANTUNES, C. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências: os jogos e os parâmetros curriculares nacionais. Campinas: Papirus, 2005.

ARANHA, M. S. F.; LARANJEIRA, M. I. Brasil, século XX, última década. Mimeo, 1995. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BERTOLDO, J. V.; RUSCHEL, M. A. Jogo, brinquedo e brincadeira: uma Revisão Conceitual. Disponível em: <www.ufsm.br/gepeis/jogo.htm>. Acesso em: 21 set. 2011.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC, 2001.

CARVALHO, A. et. al. Brincar(es). Belo horizonte: UFMG, 2005.

- CINJA, L. A. A universidade temporã: o ensino superior, da colônia a era Vargas. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CUNHA, N. H. S. Brinquedoteca: um mergulho no brincar. 3.ed. São Paulo: Vetor, 1995.
- FERREIRA, A. B. H. Dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FROEBEL, F. The education of man. Trad. Hailmann, W.N. Nova York: D. Appleton, 1912, 1887.
- HOLANDA, S. B. História geral da civilização brasileira: a época colonial. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 1.
- HOLANDA, S. B. História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. v. 1.
- KISHIMOTO, T. M. Jogo, Brinquedo, e a Educação. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1994.
- LEONEL FRANCA, S. J. O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- MALUF, A. C. M. Brincar prazer e aprendizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MATTOS, L. A. Primórdios da educação no Brasil: o período heroico (1549-1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958.
- MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Portal MEC. Seminário Alfabetização e Letramento em Debate, Brasília, v. 1, p. 1-16, 2006.
- MOYLES, J. R. Só Brincar? O papel do Brincar na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- NEVES, F. M. Educação jesuítica no Brasil-colônia: a coerência da forma e do conteúdo. 1993. 190p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba.
- OLIVEIRA, Z. R. Educação infantil: fundamentos e métodos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- RAYMUNDO, G. M. C. Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas. 1998. 143p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá.
- VASCONCELOS, S. Crônica da Companhia de Jesus. 3. ed. Petrópolis: Vozes/INL/MEC, 1977. v. 1.
- VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- ZANELLA, A. Zona de desenvolvimento proximal: análise teórica de um conceito em algumas situações variadas. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200011>. Acesso em: 18 mar. 2018.